

As terras de quilombos

são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988.

O Decreto 4.887/2003 define que o INCRA é o órgão federal responsável pela titulação dos quilombos, com competência concorrente do Distrito Federal, estados e municípios. Para fins de regularização fundiária, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que reúnem informações fundiárias e cadastrais das famílias, bem como a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola. Esse trabalho tem gerado um grande acervo de dados, registrando de maneira inédita um arcabouço de manifestações e características dos quilombos nos períodos escravocrata e pós-escravocrata.

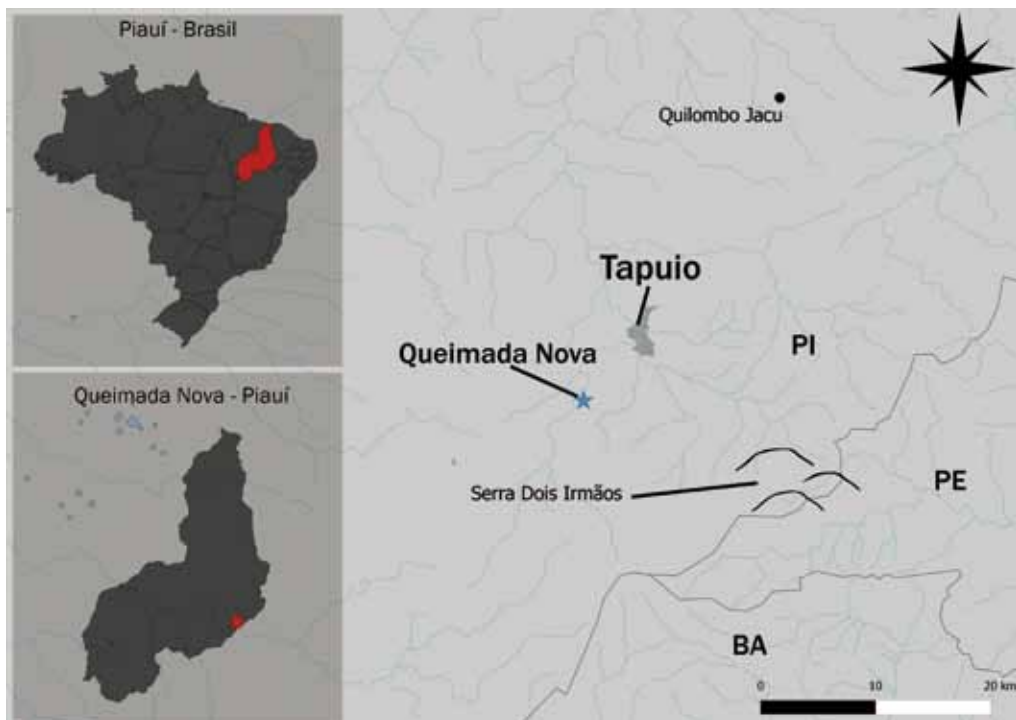
O objetivo da parceria entre INCRA, NEAD (SEAD) e UFMG é sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos RTIDs, em muitos casos ignoradas pela historiografia oficial. Esse material, registrado no âmbito dos processos administrativos do INCRA, foi transposto para uma linguagem acessível, com o apoio de diversos colaboradores, destacando-se os autores das etnografias dos RTIDs. Os livretos trazem também depoimentos dos próprios quilombolas. Eles testemunham a continuidade de uma luta fortalecida pela esperança de que o conhecimento de sua história garanta finalmente a compreensão da legitimidade de seu pleito pela titulação.

A publicação dos livretos visa, assim, a contribuir para o reconhecimento das comunidades quilombolas, estimulando a difusão de informações qualificadas sobre elas. Reunidas nesta Coleção, as histórias de resistência quilombola agora podem ser conhecidas mutuamente pelos quilombolas das diversas regiões do país. Espera-se também que este material forneça a gestores públicos, educadores, pesquisadores e demais interessados informações acessíveis sobre essas comunidades.



Comunidade Quilombola Tapuio

A Comunidade Quilombola de Tapuio, localizada no município de Queimada Nova, Piauí, é formada por cerca de 30 famílias, descendentes de ex-escravizados que trabalharam nas fazendas de gado da região. Seus antepassados ganharam terras na época da abolição da escravatura no Brasil, em 1888. O território hoje corresponde a uma área de 555 hectares, e é onde a comunidade mantém e atualiza suas tradições. O Quilombo Tapuio possui o certificado de autorreconhecimento emitido pela Fundação Palmares e seu território está em processo de regularização no Incra.



“Tapuio” era o termo usado por povos indígenas de língua tupi para designar os povos inimigos. Dizem que no século 19, a região da Fazenda Brejo – onde é hoje o território quilombola – além de contar com forte presença de negros, era um corredor por onde indígenas considerados tapuios transitavam e se refugjavam. Por esse motivo, a área ficou conhecida como Tapuio. Sr. Francisco dos Santos conta sobre as origens do nome da comunidade quilombola:

Tinha uma estrada que ligava Pernambuco ao Piauí e passavam muitos índios por ela, por isso a estrada ficou conhecida como Passagem dos Tapuios, originando o nome da comunidade. Os índios deixaram de passar por lá, a partir da construção de Brasília. Nós identificávamos os índios através das argolas de madeira que eles usavam e do cabelo grande. Os índios, quando passavam, não mexiam com nenhum morador, mas também não ajudavam. Só compartilhavam entre si.

Memória da região de Tapuio

A colonização da região do atual município de Paulistana começou no final do século 17, com a passagem do bandeirante português Domingos Afonso Mafraense, conhecido como Domingos Afonso Sertão. “Desbravando” uma extensa área dos atuais estados do Ceará e Piauí, acompanhado por uma tropa formada por brancos e indígenas, avançou pelo sertão, passando pelo Rio Canindé. Em 1674 fundou um arraial onde surgiria a Fazenda Paulista, hoje cidade de Paulistana. A região foi então ocupada por fazendas de gado, inicialmente trabalhada com mão de obra escravizada indígena. Depois de os indígenas serem expulsos e dizimados, foram substituídos por escravizados trazidos da África.

Pouco antes de morrer, em 1711, o bandeirante passou a maioria de suas fazendas para os jesuítas. Em 1759, quando os jesuítas foram expulsos do Brasil, as propriedades foram transferidas para a Coroa e chamadas de “Fazendas Nacionais”, enquanto os escravizados

ficaram conhecidos como “escravos do fisco”. Tempos depois, as terras foram vendidas a particulares.

Uma dessas fazendas, a Paulista, foi comprada pelo Capitão Valério Coelho Rodrigues, que a dividiu em propriedades menores. **O Quilombo Tapuio foi formado em uma dessas propriedades, a Fazenda Brejo (ou Data Brejo), poucos anos antes da Abolição, há mais de 130 anos.** O povoado de Paulistana – elevado à condição de vila em 1885, e de cidade em 1938, separando-se do município de Queimada Nova em 1992 – também surgiu nesse contexto de divisão da Fazenda Paulista.

Naquela época, os escravizados conseguiam formar pequenos sítios dentro das fazendas, que em geral abarcavam enormes territórios. O Sr. Alexandre da Silva era escravizado em um engenho de cana de açúcar perto de Paulistana. Seu filho Dionísio Alexandre da Silva nasceu na vigência da Lei do Ventre Livre e, como liberto, foi trabalhar como vaqueiro na Fazenda Brejo, de Raimundo Nonato.

Lá Dionísio se casou com Brígida Felipa da Conceição e os dois passaram a trabalhar para o fazendeiro. Filha de negro e indígena, Brígida tinha sido criada desde criança pelo proprietário e sua esposa. Como pagamento pelo trabalho do casal, Raimundo Nonato e a esposa deram a eles um pedaço de terra dentro da fazenda, pedindo-lhes que a chamassem de “Alegria”. Dionísio preferiu o nome de “Vista Alegre”, mas, como o local na época era ponto de passagem e acampamento dos indígenas conhecidos como tapuios, o lugar acabou sendo chamado Tapuio.

Pouco tempo depois, outros dois casais de ex-escravizados negros foram morar no Tapuio: o Sr. Antônio dos Santos e sua esposa, Sra. Marilinha dos Santos; e Vicente Ferreira dos Santos e sua esposa Tomaza Maria da Conceição, prima de Marilinha. Essas três primeiras famílias são consideradas as fundadoras da comunidade quilombola.

Durante muito tempo, os membros da comunidade evitavam falar publicamente sobre a escravidão, se resguardando das lembranças dolorosas e se protegendo do preconceito por serem descendentes de escravizados. Ao longo de décadas após a Abolição, poucos negros se sentiam à vontade para assumir a sua ligação com a escravidão, pois

a institucionalização do preconceito racial era muito mais generalizada do que hoje. Só depois da Constituição de 1988 – que concedeu direitos constitucionais para os quilombolas do Brasil –, essa memória começou a ser recuperada, em função especialmente da luta pelos direitos à terra. “Eu sempre questionei como nossos bisavós viviam, de que viviam”, disse Oswaldina Rosalina dos Santos, em 2004.

Depois que comecei a trabalhar na paróquia, fiz algumas pesquisas das comunidades negras do Piauí e depois aqui com os mais velhos da nossa comunidade. **Nós aqui somos descendentes de escravos negros, aqueles negros lindos de lábio grosso, testa alta, nós somos seus descendentes.**

Na sua mobilização em torno da luta pelo território, a comunidade registrou a Associação de Remanescentes de Quilombo Tapuio em 1999. Em 2004, a associação era presidida pela Sra. Maria Rosalina dos Santos. Ela falou sobre a criação da associação e do sindicato dos trabalhadores rurais de Queimada Nova:

Eu faço parte da presidência da Associação de Desenvolvimento Comunitário do Tapuio, que foi organizada a partir de 1995. O nome da Associação foi criado baseado na proposta de desenvolver a comunidade no seu aspecto social. A partir da formação da Associação que começamos a buscar as raízes e origens da comunidade, e partindo dessa organização social tivemos oportunidade de participar de eventos fora da comunidade que discutiam a questão da negritude. Pelo trabalho que vem sendo desenvolvido, conseguimos perceber uma diferença na aceitação dos negros em relação à sua cor.

A Associação vem trabalhando a formação política da comunidade e o despertar da consciência negra. Como a região da comunidade é de semiárido, pouco tem se desenvolvido em relação às políticas públicas. O Piauí é um dos estados menos desenvolvidos em relação à administração política e, quando a comunidade negra se organiza, a administração pública a abandona e a deixa desassistida. Se a comunidade não se organizar, ela tem que aceitar ser controlada e alienada pelo poder público. A comunidade Tapuio nunca se deixou levar pela alienação política e por isso ficou desamparada e marcada pelo município. (Sra. Maria Rosalina dos Santos)



Sr. Vicente Francisco dos Santos, Sra. Rosalina Ana dos Santos e Sra. Maria Ana da Mata

A força dos laços de família

Até os dias de hoje, os habitantes do Quilombo Tapuio mantêm a proximidade do parentesco e são quase todos descendentes das famílias fundadoras. Cada família ocupa um sítio, organizado em torno dos laços familiares. Ao longo dos anos, o território foi sendo subdividido e distribuído entre os filhos homens, quando estes se casavam. Pelos casamentos, as famílias iam criando vínculos entre elas e o território. Além disso, as relações de troca entre parentes e aliados ajudavam a manter o grupo fortalecido.

Os moradores do Tapuio costumam seguir regras de casamento rígidas. Segundo dona Oswaldina Rosalina dos Santos, antigamente não era permitido casar-se com pessoas “de fora”:

Meus parentes contavam que na família Tapuio ninguém podia casar fora da família. Quando ia acontecer um casamento, o Zezinho reunia a família para anunciar o casamento e, como não podia casar com uma pessoa fora da família e eram todos negros, a família era tida como “pura”.

Só recentemente os casamentos de pessoas *de dentro* com pessoas de fora da comunidade começaram a ser aceitos. Mesmo assim, os *parentes de fora* são vistos de forma diferenciada. E, como os sítios estão ficando cada vez mais subdivididos, os casais mais novos podem ter que ir morar na cidade. Muitos jovens migram – seja por alguns meses ou permanentemente – para que as terras não fiquem muito subdivididas e a comunidade possa ter mais acesso a recursos econômicos.

Algumas pessoas se casam com quilombolas da comunidade vizinha, Jacu, que tem relações bem próximas com Tapuio. Até 1982, as pessoas que morriam em Tapuio eram enterradas em Jacu, inclusive os casais fundadores. “Em Tapuio e em Jacu todas as pessoas que residem na comunidade são de alguma maneira parentes”, garante Sr. Patrocínio.

Maria Rosalina dos Santos completa:

A comunidade Tapuio é cercada por famílias brancas. Nós, negros, ficamos nesta região central. A comunidade sempre foi vista com um olhar negativo. Nas festas, os negros da comunidade não frequentavam festas de brancos porque eles não eram aceitos. Os que podiam ir eram apenas os negros que iam tocar viola. Os brancos falavam que em festa de branco, os negros não participam. Os brancos viam os negros apenas como mão de obra.



Casa da família Santos

O reisado só é feito pelos negros, os brancos não fazem. Os tocadores sempre foram negros e as cantigas de roda são cantadas por nós. Os negros é que rezam a novena tradicional, os brancos não o fazem. Esses são alguns traços que diferenciam a cultura entre os brancos e os negros.

Festas e religiosidade

O calendário da comunidade é marcado pela realização de festas religiosas. Em março festeja-se São José, em julho são os festejos de Santo Antônio, em novembro, Nossa Senhora da Conceição, e em dezembro ocorre a festa de Nossa Senhora do Livramento.

Uma das celebrações tradicionais guardadas pela comunidade é a Sentinela, como explica dona Oswaldina:

A comunidade tem a tradição da Sentinela, que é o catolicismo popular, feito na casa de Maria Jacinta na Sexta-feira Santa. É um momento de vigília pela paixão, morte e ressurreição de Cristo. É parecido com a novena. Cedo ela coloca o oratório na mesa da sala, cobre com um pano, assumindo o sentido de um corpo morto, e começa a reza, antiga e tradicional, e a cantoria. Meia-noite, quando o galo canta, o santo é descoberto e colocado fora do oratório e a reza continua até quase amanhecer. Quando o dia está amanhecendo, canta-se a aleluia, conhecida como Glória nas Igrejas, que é a celebração da graça da ressurreição de Cristo.

São também tradicionais, a celebração do Congo e do Reisado. O Reisado é encenado em 10 partes e é composto por vários personagens: as pastoras, o Boi, a Jandaia, a Borboleta, o Jaraguá, a Caipora, o Caboclo, o Cavalo Marinho, a Cigana, o Guriabá e a Gera, além dos Caretas, Palhaços, o Médico, o Urubu e a Catirina (um homem com rosto pintado de carvão e vestido de mulher). O Boi e os Caretas são personagens que brincam com o público e, em um trecho da encenação, botam as pessoas para correr, provocando risadas ao

fugirem do boi. As pastoras formam duas filas, o mestre do Reisado escolhe uma casa, e então chamam seu dono. Quando o morador sai para participar da festa, os Caretas abrem a roda com a ajuda da Catirina e cantam:

Senhora dona da casa
queira nos receber

Peço que nos dê licença
no cantar o Santo Reis
Santo Reis ele não dorme
nem querer que vai dormir

Vós micê, senhor Betinho
passa a mão no seu cabelo
que do céu vem lhe caindo
pingo de água de cheiro

Vós micê, senhor Renato
é um pé de manjericão
daquele bem miudinho
que Dona Ana traz na mão

Que candeia é aquela
que alumea lá por dentro
é os olhos de Aninha
que clarea toda gente

...

Ô de casa, ô de fora
menino vai vê quem é
São os cantadores de Reis
do Divino São José
São José, ele não dorme
nem quer que vá dormir.

Dona Maria Rosalina detalha:

A Festa dos Reis celebrada na comunidade é uma tradição que foi passada de geração em geração. Antigamente era mais natural, com Caretas e Bois. O Reis começa em 6 de

janeiro e se estende até o final do mês, e, quando alguém da comunidade falece, não acontece a folia por luto e respeito. Antes a festa era celebrada só na comunidade, mas hoje as pessoas de fora pedem o Reis em casa. O Reis é cantado em qualquer dia da semana a partir de 8 ou 9 horas da noite. Em janeiro geralmente as pessoas deixam duas ou três garrafas de cachaça em casa porque qualquer dia podem chegar na sua casa para cantar o Reis. A cantoria é feita da seguinte maneira: todos vão em silêncio para não acordar a família da casa e começam a cantar o Reis usando o nome da família ...

A Festa de Reis é uma forma de comemorar o Santo Reis e divertir a comunidade. Às vezes cantam o Reis para três famílias, tocam e dançam, quando querem transformar a cantoria em festa, apenas uma casa é visitada e a festa continua pela noite toda. É uma forma de comemoração e preservação da tradição. Outro objetivo do Reis é comemorar a entrada do ano, o Natal e o dia do Santo Reis. (Dona Maria Rosalina)

Em Tapuio, há também novenas de N. Sra. da Aparecida, N. Sra. da Saúde e N. Sra. da Conceição, cada uma partindo de uma casa diferente. Arrecada-se dinheiro na comunidade para a ornamentação e comida para quem vem. As novenas se encerram em dezembro, e existe o festejo de Santa Luzia em 13 de dezembro.

Ao longo da primeira metade do século passado, esses eram os principais festejos da comunidade. Era com as novenas e outras festas religiosas que rapazes e moças se conheciam, dançavam, noivavam e casavam.

Meio ambiente e atividades produtivas

Por estar na região do semiárido nordestino, a comunidade Tapuio convive boa parte do ano com a seca. A água é um bem escasso, e existem apenas dois pequenos riachos que percorrem a localidade, o Tatarambi e o Grande. Ambos ficam totalmente secos na época da estiagem. O Rio Canindé, que é perene, é o principal rio do município

de Queimada Nova. Nasce na Serra Dois Irmãos e desemboca na cidade de Amarante, no Piauí.

Aqui nos Tapuio o clima mudou muito”, lamenta Sr. Patrocínio. “Quando eu era moço, o inverno era de novembro a abril. Tinha seis meses de inverno e seis meses de verão, contado nos dedos. Hoje o clima está diferente. O verão é maior, tem muita seca. E no inverno, a chuva é longe uma da outra. Uns falam que não mudou – mas eu e minha roça é que sabemos.

As atividades agrícolas são feitas nas roças familiares, perto das casas. Cultivam principalmente feijão, batata-doce, milho, abóbora e melancia. Após dois anos plantando no mesmo sítio, é preciso deixar a terra descansar e se recompor. Por isso, os quilombolas necessitam de um espaço que acomode o rodízio de roçados no seu território.

A criação de animais, feita nos quintais das casas, é pequena e também voltada para o consumo próprio. São criados: frangos, patos, porcos, bodes e carneiros. A comunidade também tem a tradição de produzir utensílios de barro e sabão de extrato de aroeira, e de realizar o extrativismo do umbu. Normalmente os produtos agropecuários e os serviços são trocados dentro do próprio quilombo, sem a participação do dinheiro. Os quilombolas também costumam frequentar as feiras na cidade, especialmente na seca.

As estações do ano, principalmente a seca, determinam as atividades de plantio, criação e extrativismo. Também regulam outras atividades. De acordo com o período, as pessoas frequentam mais ou menos as cidades próximas, e também passam alguns meses trabalhando em cidades grandes, como Petrolina e São Paulo. Dona Oswaldina explica a situação:

Entre dezembro e abril todas as famílias são mais voltadas para a sua roça. Quando se tem mais dinheiro, alguns montam seus rebanhos. [...] Eles fazem trabalho trocado, mutirão, para pagar a diária do outro, pois não têm dinheiro para isso. [...] Entre dezembro e abril é a época mais difícil financeiramente, pois não podem viajar para Petrolina para trabalhar, têm que cuidar da roça. Em algumas famílias mais jovens, os [cônjuges] vão para São Paulo



Sr. Alano G. dos Santos e Miguel Francisco dos Santos.

conseguir um emprego ... O que ajuda [as famílias] financeiramente é a aposentadoria dos pais, que tem que ser dividida entre [os filhos], mas com os programas sociais isso melhorou um pouco para os familiares. [...] A variação dos preços é muito [grande], ora está bom, mas quando chove muito, o preço já “relaxa”. Quando chove, a terra perde os sais minerais, chegando até a apodrecer. Uma das atividades agrícolas feitas pelos homens são as *derribadas*, realizadas a partir de maio-junho. Para eles é melhor *derribar* nesse período, pois as folhas estão mais secas, acelerando a queimada. Nesse período muitos deles arrumam algumas diárias. Muitas vezes ficam até dezembro fazendo a *derribada*. (Dona Oswaldina)

Situação do território

O fato de os quilombolas não terem amparo legal sobre a posse do seu território, facilitou o desenrolar de um conflito fundiário, movido por descendentes do Capitão Valério Coelho Rodrigues – antigo proprietário de muitas fazendas na época da abolição da escravidão. Como as terras da Fazenda Data Brejo nunca tinham sido

regularizadas, Marcelino Rodrigues Coelho, descendente do capitão, moveu em 1948 uma ação contra os moradores da comunidade. Querendo regularizá-la em seu nome, o descendente da família Rodrigues Coelho reivindicava a posse das terras do Tapuio, que tinham sido doadas aos ascendentes dos quilombolas.

Para a pesquisa do Relatório Antropológico, foram consultados o Cartório de Registro de Imóveis, Livros Eclesiásticos de Registros de Igreja, a Fazenda Pública no município de Paulistana e o Arquivo Público do Estado em Teresina, além do escritório do IBGE na capital. Após muitas buscas nos livros de registro, não foi encontrado nenhum título de propriedade em nome dos pretendentes da família do capitão.

No cartório, há registros diversos de posses de terra da Fazenda Data Brejo, mas sem as características detalhadas e sem a localização precisa das terras dos quilombolas. O que a pesquisa sugere é que ninguém possui de fato o registro oficial de propriedade da fazenda. A hipótese mais aceita na região é que as terras da Fazenda Brejo nunca foram regularizadas, por terem sua origem vinculada às Fazendas Nacionais. No entanto, a própria informação de que a Fazenda Brejo tornou-se uma Fazenda Nacional é duvidosa: no Instituto de Terras do Estado do Piauí não existem dados que comprovem este fato.

No quilombo, Sr. Vicente, D. Clotildes Maria da Conceição, Sr. José Hermógenes dos Santos, D. Maria Carmina dos Santos e Sr. Simplício Ferreira dos Santos disponibilizaram documentos antigos que atestam que a posse da comunidade quilombola é de longa data. Todos esses documentos – emitidos pelo Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Paulistana, com base em outros manuscritos cujos originais datam de 1930, 1931 e 1941 – tem como origem o espólio de Dionísio Alexandre Pereira da Silva e Brígida Felipa da Conceição, o casal fundador do Quilombo Tapuio.

O Relatório Antropológico, de 2004, concluiu que: considerando que a comunidade quilombola ocupa o território desde antes da Abolição

da Escravatura, sendo reconhecida como quilombo pela Fundação Cultural Palmares, o Incra deveria efetivar a demarcação, titulação e registro deste território para usufruto dos quilombolas o mais rápido possível.

As terras do Quilombo Tapuio são reconhecidas pelos quilombolas como seu território ancestral, onde habitam e produzem por muitas gerações. Ali estão os recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. Além disso, esse espaço constitui uma parte importante de sua história, fundamental para sua integridade política, econômica, social e religiosa. O território aguarda o andamento do processo de titulação pelo INCRA.



Vista parcial do território Tapuio

Esta narrativa foi composta por Ana Carolina Estrela da Costa, a partir do Laudo Antropológico de Identificação e Delimitação do Quilombo Tapuio, realizado por Carlos Alexandre B. Plínio dos Santos em 2004. Também foi consultado o livro “Os Negros de Tapuio”, também de Carlos Alexandre B. Plínio dos Santos, editora Appris, 2012. Todas as fotos são do autor do Relatório.

Uma palavra da comunidade

Tapuio

O maior sonho de nossa comunidade é receber o título definitivo de nosso território. Assim teremos a garantia da nossa permanência na comunidade. A comunidade necessita de uma estrada com melhor acesso, pois no período das chuvas ficamos isolados, dificultando o deslocamento para fora da comunidade. Com uma estrada de fácil acesso aumentam as nossas oportunidades de trabalho, gerando melhoria na qualidade de vida para todas e todos.

Nossa luta tem sido grande e poucas têm sido as conquistas. Na comunidade não temos escola, os alunos a partir dos 5 anos de idade, se quiserem estudar, tem de ir pra cidade mais próxima em transporte de péssima qualidade. Na comunidade, além de não ter postos de saúde, nem visita do agente de saúde a gente recebe, e isso interfere muito em nossa qualidade de vida.

Consideramos como avanço em nossa trajetória de luta o abastecimento de água, mesmo que sem servir para o consumo humano. Podemos alimentar os animais e lavar roupas, ou seja, serve para outros fins. Para nós que somos da região central do semiárido, onde a escassez de água é grande, este nosso poço é bem vindo.

A chegada da energia elétrica também foi uma grande conquista, pois melhorou nossa vida. Principalmente para os criadores de animais, que com a energia podem fazer forragem para os animais. É bem verdade que ainda não temos nenhuma atividade de geração de renda e oportunidades específica para nossos jovens.

A comunidade conta com algumas parcerias ainda em conversação com governo e instituições de apoio, mas ainda não firmamos algum projeto que efetivamente nos apoie para o desenvolvimento.

Por enquanto trabalhamos em nossa associação de moradores, que nasceu dos debates na comunidade em prol de melhorias. Todas as famílias daqui são sócias, e participam das atividades comunitárias. Ainda estamos na expectativa para a conclusão da regularização de nossas terras pelos órgãos competentes.

Esta palavra sobre a comunidade de Tapuio foi construída com os relatos da senhora Maria Rosalina dos Santos, do Quilombo Tapuio – Piauí, com a colaboração de Marilene Ribeiro.



Projeto Formulação de uma Linguagem Pública Sobre Comunidades Quilombolas

PARCERIA	INCRA/CGPCT/NEAD; UFMG/OJB, CERBRAS
COORDENAÇÃO GERAL	Lilian C. B. Gomes, Juarez Rocha Guimarães, Maria Consolação Lucinda, Leonardo Avritzer, Rodrigo Ednilson de Jesus
CONCEPÇÃO DE TEXTO, EDIÇÃO FINAL E SUPERVISÃO	Fernanda de Oliveira, Rodrigo Ednilson de Jesus, Juliana Soares Campos e Carlos Eduardo Marques
CONSULTA ÀS COMUNIDADES	Aline Neves Rodrigues Alves, Marilene Ribeiro
ADMINISTRAÇÃO	Agnaldo P. Ferreira Júnior, Priscila Z. Martins, Danúbia Zanetti
MAPAS E FOTOGRAFIAS	Alexander Cambraia N. Vaz
PROJETO GRÁFICO	Paulo Schmidt

E82qta Estrela da Costa, Ana Carolina
Quilombo Tapuío / Ana Carolina Estrela da Costa . - Belo Horizonte :
FAFICH, 2016.

16 p. (Terras de quilombos)

Baseado no Laudo antropológico de identificação e delimitação do
Quilombo Tapuío, de Carlos Alexandre B. Plínio dos Santos.

1. Quilombos. 2. Antropologia. 3. Santos, Carlos Alexandre Barboza Plínio
dos. Laudo antropológico de identificação e delimitação do Quilombo Tapuío.
Título. II. Série.

CDD:306

CDU:39

MICHEL TEMER
Presidente da República

ELISEU PADILHA
Ministro da Casa Civil

JOSÉ RICARDO RAMOS ROSENO
Secretário Especial de Agricultura Familiar
e do Desenvolvimento Agrário

JEFFERSON CORITEAC
Secretário Executivo Adjunto de Agricultura
Familiar e do Desenvolvimento Agrário

CARLOS EDUARDO BOVO
Diretor da Coordenação-Geral de Gestão
Estratégica, Monitoramento e Avaliação
(CGMA/ NEAD)

WILLY DE LA PIEDRA MESONES
Coordenador-Geral de Gestão Estratégica,
Monitoramento e Avaliação (CGMA/ NEAD)

LEONARDO GÓES SILVA
Presidente do Instituto Nacional de
Colonização e Reforma Agrária - Incra

ROGÉRIO PAPALARDO ARANTES
Diretor de Ordenamento da Estrutura
Fundiária - Incra

ANTONIO OLIVEIRA SANTOS
Coordenador Geral de Regularização
de Territórios Quilombolas - Incra

GUILHERME MANSUR DIAS
ISABELLE ALLINE LOPES PICELLI
JULIA MARQUES DALLA COSTA
Coordenação Executiva do Projeto

SERVIÇOS QUILOMBOLAS
Apoio técnico – Superintendências do
Incra nos estados

A Coleção Terras de Quilombos reúne um conjunto de

narrativas a respeito da formação, do modo de vida e das lutas travadas por comunidades quilombolas brasileiras para se manter em seus territórios tradicionais. Em cada livreto, uma comunidade quilombola é apresentada em sua singularidade.

Ao todo, a Coleção oferece um panorama da diversidade de trajetórias vividas por ex-escravizados – incluindo por vezes indígenas e grupos em outras situações sociais – para conquistar a sua independência e se estabelecer na terra autonomamente. O fato de terem sido deixados à própria sorte após a Abolição resultou em uma multiplicidade de caminhos percorridos para conseguirem consolidar os seus territórios. Foram muitos os modos como ocuparam as suas terras e distintas as maneiras como formaram as suas comunidades, enfrentando todo tipo de desafios para se relacionarem livremente com seu entorno.

O conceito de quilombo esteve associado ao período da colônia e do império. Com a Abolição, os quilombos deixaram de ser mencionados, como se o fim de quatro séculos de escravidão significasse a garantia de liberdade. No entanto, os quilombolas continuaram e continuam a lutar para reproduzir seus modos de criar, fazer e viver, resistindo às dificuldades, injustiças e preconceções legadas pelo período escravocrata. São essas as histórias narradas nesta Coleção. São histórias do Brasil vistas pelo prisma de quem, com suas tradições, formas de vida, religiosidades e respeito à terra, enriquece o mosaico da sociodiversidade brasileira.

UFMG

CERBRÁS
CENTRO DE ESTUDOS
RURAIS E SOCIAIS

IB
CES - AL

Quilombos

INCRA nead

SECRETARIA ESPECIAL DE
AGRICULTURA FAMILIAR E DO
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

CASA CIVIL

BRASIL
GOVERNOS UNIDOS